

LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS NASCIDOS VIVOS E DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

LEGISLAÇÃO VIGENTE	REGULAMENTAÇÕES
PERÍODO DE 1973 A 2003	
Legislação Relativa aos Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos Vivos (SINASC) - PERÍODO DE 1973 A 2003	Compilado dos principais textos legais referentes aos Sistemas de Informações sobre Mortalidade – SIM e sobre Nascidos Vivos – SINASC.
2006	
Portaria Nº. 20, de 03 de outubro de 2006	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde – SIM e Sinasc.
2009	
Portaria Nº. 116, de 11 de fevereiro de 2009	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.
2010	
Decreto Federal Nº 7.231, de 14 de julho de 2010	Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
2012	
Lei Federal Nº. 12.662, de 5 de junho de 2012	Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.
Resolução do COFEN Nº 439, de 26 de novembro de 2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro do título de especialista em Enfermagem Obstétrica e dá outras providências.
2013	
Provimento Nº 28 - Conselho Nacional de Justiça, de 05 de fevereiro de 2013	Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.
2016	
Lei Estadual nº 16.869, de 15 de janeiro de 2016	Dispõe sobre a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e estabelece outras providências.
Parecer Técnico COREN/SC Nº 007/CT/2016, de 27 de janeiro de 2016	Atuação do Enfermeiro Obstétrico que assiste ao parto domiciliar e critérios para cadastramento para fins de emissão e preenchimento de Declaração de Nascidos Vivos.
Parecer Técnico COREN/SC Nº 23/CT/2016, de 14 de dezembro de 2016	Parto Domiciliar Planejado
Resolução COFEN Nº 516/2016 – Alterada pelas Resoluções COFEN Nºs 524/2016 E 672/2021, de 27 de junho de 2016	Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetrix na assistência às gestantes, parturientes, puérperase recém-nascidos nos Serviços de Obstetria, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelecer critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetrix no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.
Portaria Nº.47, de 03 de maio de 2016	Define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde.
Provimento Nº 52 - Conselho Nacional de Justiça/Cooredoria Nacional de Justiça - de 14 de março de 2016	Dispõe sobre o registro tardio de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

2017

Nota Técnica Nº 004 DIVE/SUV/SES, atualizada em 27 de julho de 2017	Atualização das orientações em relação à distribuição e fluxo das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) para profissionais que realizam parto domiciliar.
Lei Federal Nº 13.484, de 26 de setembro de 2017	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
Provimento Nº 63 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça, de 14 de novembro de 2017	Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

2018

Lei Federal Nº 13.685, de 25 de junho de 2018	Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênitas.
Lei Estadual Nº 17.580, de 05 de setembro de 2018	Dispõe sobre a distribuição, o preenchimento e o fluxo das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) para os profissionais que realizam parto domiciliar.

2019

Provimento Nº 83 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça, de 14 de agosto de 2019	Altera a Seção II, que trata da Paternidade Socioafetiva, do Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça.
---	---

2020

Resolução CFM Nº 2.284/2020, de 24 de maio de 2021	Dispõe que é ético o médico atender à vontade da gestante de realizar parto cesariano, garantidas a autonomia do médico e da paciente e a segurança do binômio materno-fetal, e revoga a Resolução CFM nº 2.144/2016, publicada no DOU de 22 de junho de 2016, Seção I, p. 138.
--	---

2021

Resolução do COFEN Nº 672, de 23 de julho de 2021	Altera a Resolução Cofen nº 516, de 23 de junho de 2016, que normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetiz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelece critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetiz no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.
Provimento Nº 122 - Conselho Nacional de Justiça/Cooregedoria Nacional de Justiça, de 13 de agosto de 2021	Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido "ignorado".
Nota Técnica Federal Nº195/2021-CGIAE/DASNT/SVS/MS, de 21 de setembro de 2021	Orientar gestores e interlocutores do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) a respeito das alterações realizadas no layout da Declaração de Nascido Vivo – DNV.

2022

Nota Técnica Estadual Nº32/2022 - GADNT/DIVE/SUV/SES/SC, de 27 de abril de 2022	Fluxo em Caso de Extravio da Segunda Via da Declaração de Nascido Vivo pela Família.
Nota Técnica Estadual Nº42/2022 - GADNT/DIVE/SUV/SES/SC, de 02 de junho de 2022	Fluxo de Distribuição da Declaração de Nascidos Vivos para Profissionais de Saúde que Realizam Parto Domiciliar.
Nota Informativa Estadual Nº008/2022 - GADNT/DIVE/SUV/SES/SC, de 15 de junho de 2022	Tempo de Guarda da Declaração de Nascido Vivo e da Declaração de Óbito para Unidades Notificadoras.

2023

Lei Estadual Nº 18.640, de 09 de fevereiro de 2023	Dispõe sobre a notificação compulsória, por parte dos hospitais, maternidades, clínicas médicas e congêneres, públicos e privados, sobre o nascimento de crianças com fissura labiopalatal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.
Portaria GM/MS Nº 232, de 09 de março de 2023	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde -PQA-VS
Portaria GM/MS Nº 233, de 09 de março de 2023	Estabelece as metas e os indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQA-VS para a avaliação do ano de 2023.
Provimento Nº 151 - Conselho Nacional de Justiça/Poder Judiciário, de 26 de setembro de 2023	Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro do natimorto e para estabelecer o procedimento de promoção do registro de nascimento de criança ou adolescente no caso de omissão.
Instrução Normativa SES Nº 01, de 24 de outubro de 2023	Dispõe sobre o fluxo de distribuição da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) para parteiras tradicionais que realizam parto domiciliar no Estado de Santa Catarina.
Portaria GM/MS nº 1.573, de 16 de outubro de 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS), no âmbito do Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Lei Federal nº 14.737, de 27 de novembro de 2023	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.
Nota Técnica Federal Nº 79/2023 - CGIAE/DAENT/SVSA/MS, de 19 de dezembro de 2023	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS), no âmbito do Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

2024

Resolução do COFEN nº 737, de 2 de fevereiro de 2024	Normatiza a atuação do Enfermeiro Obstétrico e Obstetriz na assistência à mulher, recém nascido e família no Parto Domiciliar Planejado.
Nota Técnica nº 13/2024 COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS, de 04 de junho de 2024	Trata-se de orientação técnica acerca da atuação e da contribuição da doula no âmbito da Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil, na gestação, no trabalho de parto, no parto e após o parto. Esta nota revoga a Nota Técnica nº 96/2022 - CGOEX/SAPS/MS (0030241469).
Nota Informativa nº 011/2024 - GADNT/DIVE/SES/SC, de 20 de agosto de 2024	Competências e procedimentos para a execução e manutenção do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
Nota Técnica nº 87/2024-CGIAE/DAENT/SVSA/MS	Orientações sobre a inclusão de informações referentes a anomalias congênitas identificadas até a alta hospitalar ou óbito do nascido-vivo na Declaração de Nascido Vivo (DNV).

2025

Portaria GM/MS Nº 6.878, de 17 de abril de 2025	Estabelece as metas e os indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQA-VS, a partir do ano de 2025.
Instrutivo para Acesso aos Sistemas de Informação	Contém informações sobre a liberação de acesso para técnicos dos Sistemas de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), sobre Mortalidade (SIM) e de Agravos de Notificação (SINAN).

2026

Portaria GM/MS Nº 10.175, de 23 de janeiro de 2026	Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 2017, para incluir anomalias congênitas na lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de Saúde Pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.
Nota Técnica Nº 3/2026-SVSA/MS, de 26 de fevereiro de 2026	Orientações para a notificação compulsória das anomalias congênitas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a serem realizadas no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), no caso de nascidos vivos, e no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), no caso de óbitos fetais e infantis.
Nota Técnica Conjunta nº 54/2026 – DAENT/DEMSP/SVSA	Orientações para atuação da Vigilância Epidemiológica Hospitalar na notificação compulsória das anomalias congênitas nos sistemas oficiais de informação em saúde.